

Título: Exame nacional de certificação de competências de
jovens e adultos - Enceja

Data: ?/?/2004



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS**

**EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS – ENCCEJA.**

Brasília, 2004

I - INTRODUÇÃO

A proposta de criação de um Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja pelo Ministério da Educação – MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” - Inep, atendeu solicitação do Conselho Nacional de Educação -CNE e de Moção enviada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – Consed. O MEC/Inep elaborou o Encceja na busca de satisfazer os fundamentos político-pedagógicos, expressos de forma mais abrangente na Lei maior da educação brasileira – LDB, e de modo mais detalhado ou com ênfases especiais, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e em outros referenciais que a contemplam, inclusive, no Documento Base do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Encceja foi lançado pelo Senhor Presidente da República no dia 12 de julho de 2002, pela Portaria Ministerial nº 2.270, de 14 de agosto de 2002, que instituiu o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja que, posteriormente foi regulamentado em Portaria do Inep nº 77.

II - ENCCEJA: SEUS OBJETIVOS E MATRIZ DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Encceja, tem por objetivo fundamental possibilitar uma avaliação de competências e habilidades básicas de jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, para uso de certificação pelas instituições credenciadas para tal fim. Visa, ainda, sinalizar, para educadores, estudantes e interessados, a natureza e a função de uma avaliação de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania, como também o de alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Oferecer referência individual para que jovens e adultos possam proceder à auto-avaliação de suas competências e habilidades, adquiridas no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;

2. Avaliar competências e habilidades adquiridas por jovens e adultos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;

3. Estruturar uma avaliação de jovens e adultos, como também de alunos atendidos pelos Programas de Correção de Fluxo Escolar, que sirva como referência às Instituições de Ensino credenciadas pelas Secretarias de Educação, para que procedam às expedições de históricos escolares, declarações de conclusão de série, e diplomas ou certificados de conclusão de curso, com as especificações cabíveis, conforme estabelece o inciso VII do artigo 24 da Lei 9.394/96;

4. Estruturar uma avaliação para jovens e adultos habilitando-os ao prosseguimento de estudos em caráter regular;

5. Consolidar e divulgar um banco de dados com informações técnico-pedagógicas, metodológicas, operacionais, socioeconômicas e culturais, que possa ser utilizado para a melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos e dos procedimentos relativos ao Encceja.

Para tanto foi construída uma Matriz de Competências e Habilidades para as áreas do conhecimento/disciplinas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (DCNEJA), as orientações das políticas educacionais vigentes em âmbito federal e a legislação educacional em vigor, com a finalidade de organizar os quadros de referência do Exame.

Para o Ensino Fundamental ficaram estabelecidas as seguintes áreas do conhecimento/disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Artística e Educação Física; Matemática; História e Geografia e Ciências Naturais. Para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

A Matriz de referência para a prova de cada área do conhecimento/disciplina, foi organizada em torno de nove competências amplas de cada área do conhecimento/disciplinas que, associadas às cinco competências do Enem, também chamadas de competências do sujeito, resultou em 45 habilidades mais específicas. Essas estruturas correspondem aos eixos cognitivos básicos, ações e operações mentais que todos os jovens e adultos devem desenvolver como recursos mínimos que os habilitem a enfrentar melhor o mundo que os cercam, com todas as suas responsabilidades e desafios.

III - APLICAÇÃO DO ENCCEJA COMO PROJETO PILOTO

Em 2002 ocorreu a primeira e única aplicação do Encceja em território brasileiro, como projeto piloto. Aderiram ao Encceja, por meio de carta convite, as seguintes Secretarias da Educação:

1. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, envolvendo os seguintes municípios: Araçangua, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concordia, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel D'Oeste, Tubarão e Xanxere.
2. Secretaria de Estado da Educação do Acre, envolvendo a cidade de Rio Branco.

3. As Secretarias Municipais da Educação de: Bonfim/RR; Cantá/RR; Ibateguara/AL; Icapuí/CE; Ererê/CE; Messias Targino/RN; Umarizal/RN; Upanema/RN; São José do Rio Preto/SP; Joanópolis/SP; Santo André/SP; Botucatu/SP; Ibateguara/AL; Nova Viçosa/BA; Teixeira de Freitas/BA; Coaraci/BA; Brejo Grande do Araguaia/PA; São João de Pirabas/PA; São José da Lagoa Tapada/PB; Planaltina/GO; Ribeirão/PE; Linhares/ES; Aracruz/ES; Soa Mateus/ES; Gararu/SE e Taquari/RS.

Nessa aplicação os custos e estratégias de aplicação ficaram sob a responsabilidade do Inep, por meio da Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências - Dacc e cada Secretaria, ao receber os resultados, via Inep, procederam à certificação dos participantes nos termos estabelecidos pela lei.

A inscrição do candidato do Encceja foi voluntária, desde que cumpridas as exigências da LDB (maiores de 15 anos, para o Ensino Fundamental, e maiores de 18 anos, para o Ensino Médio) e as normas dos sistemas de ensino.

Houve um total de 14.488 jovens e adultos inscritos no Exame sendo 5.942 para o Ensino Médio e 8.546 para o Ensino Fundamental. Desse total, 8.769 realizaram a prova, sendo 3.926 para o Ensino Médio e 4.843 para o Ensino Fundamental.

Para fazer um levantamento do perfil socioeconômico dos participantes foi elaborado um questionário com 67 questões, entregue aos mesmos no primeiro dia em que eles compareceram às provas. A devolução desse questionário respondido ficou a critério de cada participante, que foi num total de 6.079.

A aplicação das provas, referente a cada uma das áreas do conhecimento/disciplinas, do Ensino Fundamental e Médio, ocorreu no período de 03/11/2002 a 24/11/2002.

O desempenho do participante foi aferido pela atribuição de uma nota de 0 a 100, para cada uma das provas. Para as áreas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física (Ensino Fundamental) e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Ensino Médio), a nota final (NF) foi calculada pela soma da nota da parte objetiva (45 itens valendo 45 pontos) e da nota da redação (valendo 55 pontos).

A divulgação dos resultados ocorreu em 16 de dezembro de 2002, por meio de Atas impressas, as quais foram remetidas pelos Correios a cada uma das Secretarias da Educação que realizaram o Exame e também por meio de arquivos eletrônicos.

Foi solicitado às Secretarias participantes que enviassem ao INEP/DACC: cópias dos Pareceres emitidos pelos Conselhos Normativos, cópias dos Editais de Abertura das Inscrições e demais normas e Relatório da operacionalização do Exame.

IV – MANIFESTAÇÃO DAS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO PARTICIPANTES

Das Secretarias da Educação participantes 06 enviaram o relatório solicitado: Secretaria Municipal de Educação de Aracruz (ES), Teixeira de Freitas (BA), Joanópolis (SP), Santo André (SP) e Cantã (RR).

Dos documentos enviados pelas Secretarias, todos relataram a satisfação e o sucesso da realização do Encceja. No documento emitido pela Secretaria do Município de Santo André/SP, que estendeu a aplicação do Encceja para os detentos da Cadeia Pública e do Centro de Detenção Provisória, foram registrados depoimentos desses detentos e reeducandos, nos quais manifestaram seu contentamento em realizar as provas, o que para eles significou além da esperança de continuidade de estudos, um incentivo à ressocialização, como também, a recuperação dos anos perdidos e uma grande oportunidade na vida.

A coordenadora do Encceja na Secretaria da Educação do Município de Aracruz/ES relatou que o Encceja foi sucesso em seu município e que alguns concluintes do Ensino Médio pelo Exame prestaram vestibular, lograram êxito e já iniciaram seus cursos superiores.

V - MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DE APOIO

Foi elaborado material didático-pedagógico para subsidiar a realização do Exame e possibilitar aos interessados em participar, um material de estudo. Infelizmente, esse material não ficou pronto para ser utilizado nessa única aplicação do Encceja em território nacional. Esse material é composto por 13 (treze) volumes, sendo: 01 (um) Livro Introdutório, considerado um documento básico no qual são explicitados os fundamentos teóricos e metodológicos da proposta e mais 08 (oito) livros de estudo destinados aos interessados em prestar o Exame e 04 (quatro) livros de orientações para professores que queiram utilizá-los em seu trabalho.

Em janeiro de 2003 esse material foi publicado e enviado às Secretarias da Educação e demais interessados. Foi enviado, também, a cada Secretaria de Estado da Educação, disquetes contendo os textos dos livros para que as mesmas, de acordo com seus interesses e necessidades, duplicassem o material. As Secretarias Municipais de Educação deveriam articular-se com as Secretarias de Estado da Educação para duplicação do material.

Ainda no primeiro semestre de 2003 os fascículos destinados ao estudante passaram por um processo de revisão e foram disponibilizados no site Inep/Encceja.

VI - O ENCCEJA A PARTIR DE 2003

Com a finalidade de reestudo do Encceja no dia 08 de agosto de 2003, foi publicada a Portaria Ministerial nº 2134, de 07-08-2003, revogando a Portaria Ministerial

nº 2270, de 14 de agosto de 2002 e dando prazo de 120 para conclusão dos estudos, a partir da data de sua publicação.

VII - OS EXAMES SUPLETIVOS PARA BRASILEIROS RESIDENTES NO JAPÃO

Desde 1999, o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do Brasil em Tóquio, desenvolve programa de assistência educacional à comunidade brasileira residente no Japão. Esse programa teve início a partir de solicitação da Embaixada, em fevereiro de 1998, de criar mecanismo que permitisse aos brasileiros realizar, no Japão, as provas de conclusão dos estudos em nível fundamental e médio na modalidade supletivo. Portanto, exames supletivos estão sendo realizados para brasileiros ali residentes, desde 1999.

Neste ano de 2004, o Inep assumiu a responsabilidade de elaboração das provas para o Ensino Fundamental e Médio, com base na Matriz de Competências e Habilidades do Encceja e no material didático-pedagógico especialmente elaborado para subsidiar o Exame. Este material está disponibilizado na internet (www.inep.gov.br/encceja) para acesso pelos brasileiros residente no Japão que irão prestar o Exame.

Além disso, o Inep, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, está operacionalizando a aplicação do Exame no Japão, em outubro próximo. A certificação dos aprovados é de responsabilidade da referida Secretaria.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do Encceja estar suspenso em todo território nacional, sua realização está acontecendo para a comunidade brasileira residente no Japão e novas demandas estão chegando ao Inep para que o mesmo seja aplicado para brasileiros residentes nos Estados Unidos, países que compõem “Comunidade dos Países da Língua Portuguesa” e, também, nos países pertencentes ao mesmo bloco econômico - MERCOSUL.

Estudos e ações estão sendo implementados visando o retorno da realização de Exames de Avaliação para Jovens e Adultos, oferecidos pelo MEC/Inep para brasileiros residentes no Brasil. Paralelamente, estão sendo realizadas Oficinas de Trabalho para revisão da Matriz de Competências e Habilidades que estrutura o Encceja, bem como de capacitação de professores na elaboração de itens tendo por base a Matriz de Competências e Habilidades do Encceja e o material de estudos especialmente elaborado para este Exame. Esse trabalho visa, também, a divulgação da Matriz de Competências e Habilidades do Encceja, bem como do material didático-pedagógico que a subsidia em todas as Regiões do Brasil.

ENCCEJA - CARTA ABERTA

Carta sobre o ENCCEJA, elaborada pelos Coordenadores Estaduais de EJA, nos dias 07 e 08 de março de 2006, em Brasília.

Os Coordenadores Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, reunidos em Brasília nos dias **07 e 08 de março de 2006**, a respeito da proposta de reedição do ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos, manifestam as seguintes considerações e preocupações:

Todos os Estados brasileiros já ofertam na modalidade EJA, conforme determina o artigo 38 da LDB, cursos e exames. Há porém carência de pesquisas na área;

1. A Educação de Jovens e Adultos, neste Governo, tem sido tratada como modalidade da Educação Básica que atende a demanda social de um público historicamente excluído e não como correção de fluxo ou aligeiramento da escolarização;
2. A EJA, com a reedição em nível nacional do ENCCEJA estará recebendo do MEC/INEP tratamento discriminatório, incoerente com as suas políticas pois, diferentemente de outras avaliações nacionais fará, com este Exame, a certificação;
3. A EJA, hoje nos estados, vem priorizando a inclusão do público jovem, adulto e idoso em cursos, tendo em vista a adequação às demandas destes. Portanto, transformar os Exames em uma política centralizada do Governo Federal, com divulgação nas mídias, poderá significar a migração de adolescentes entre 15 e 18 anos do Ensino Regular, bem como dos alunos jovens, adultos e idosos dos cursos de EJA para os exames supletivos.

Com relação a qualidade técnica das provas dos Exames Supletivos, entende-se que a mesma é fundamental para que se garanta que a avaliação verifique de forma mais acertada o nível de apropriação de conhecimentos e a possível certificação dos candidatos inscritos em nível fundamental ou médio. Neste sentido, o INEP poderia contribuir na capacitação para a elaboração de itens pelos profissionais de EJA dos Estados.

A grande contribuição que este Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais poderia dar para a EJA no Brasil seria, ao nosso ver, a criação e aplicação de instrumentos para o diagnóstico da EJA no que se refere, principalmente, a situação sócio-econômica e educacional do público ingresso ou potencial desta modalidade, bem como a análise em conjunto de seus resultados. Esta ação não foi realizada pelos governos anteriores e atenderia ao que está determinado na LDB e no PNE-Plano Nacional de Educação, nas metas 9, 10, 20 e 21 e, por consequência, contribuiria no atendimento da meta 12 do mesmo Plano que afirma a necessidade de elaboração de parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional.

Em outras palavras: o MEC/INEP poderia realizar um Censo Qualitativo Nacional da EJA.

Acreditamos que, com todo o avanço da EJA neste Governo não seria possível ignorar as manifestações contrárias ao ENCCEJA, argumentadas pelos Coordenadores de EJA dos Estados que subscrevem a seguir:

ESTADO	COORDENAÇÃO DE EJA	ASSINATURA
--------	--------------------	------------

**FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS
DO DISTRITO FEDERAL
Grupo de Trabalho Pró-alfabetização do DF - GTPA**



1989 - 2006

**XIV ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL
7 e 8 de abril de 2006 Brasília – W3 Norte 505 prédio do CNTI - auditório**

MOÇÃO CONTRA A REALIZAÇÃO DO ENCCEJA

Nós, participantes (educadores populares, professores da rede pública do DF, professores universitários, representantes de associações, ONGs, membros da diretoria colegiada do SINPRO/DF) do XIV Encontro de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal realizado, em Brasília, nos dias 7 e 8 de abril pp., no auditório da CNTI, pelo GTPA-Fórum EJA/DF, com significativo apoio do Sindicato dos Professores da Rede pública do Distrito Federal - SINPRO/DF, ao tomar conhecimento da proposta do INEP/MEC de realização do EXAME NACIONAL DE **CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS-ENCCEJA** deliberamos, em nossa plenária final pelo envio desta **Moção à Sua Excia. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação** para manifestar nossa posição contrária à realização do referido Exame Nacional, visto que constitui um retrocesso nas conquistas de formulação de uma Política Pública de Educação de Jovens e Adultos, a partir de 2004, com a criação da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE /SECAD**, marcada pelo reconhecimento e respeito à **DIVERSIDADE** dos 65 milhões de sujeitos de saberes aprendizes, à **AUTONOMIA DE ORGANIZAÇÃO DA EJA** nos Estados, Distrito Federal e municípios e ao **DIÁLOGO CONSTRUTIVO** com o movimento social do Fóruns estaduais e regionais de EJA. Entendemos que o INEP/MEC ao invés deste Exame Nacional deve realizar pesquisas, sob os princípios orientadores da SECAD/DEJA.

Brasília, 8 de abril de 2006.

Coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF em www.forumeja.org.br

Gilberto Ribeiro do Nascimento/Sandra Cordeiro da Silva (CEPAFRE-Ceilândia), Maria Creuza Evangelista de Aquino/Leila Maria de Jesus (CEDEP-Paranoá), Francijairo Ananias da Silva/José Ramos (CEPACS-Sobradinho), Hernandes João de Sousa (IAC-Instituto Agostín Castejon), Waldek Batista dos Santos/Delnilo Ribeiro Nogueira (Educadores:Ceilândia/Sobradinho), Maria Zélia Santos/Antonio Carlos Rodrigues Silva (Estudantes:Paranoá-CEDEP/Ceilândia-CEM 3), Maria Luiza Pereira Angelim/Renato Hilário dos Reis (Universidade de Brasília/Faculdade de Educação-UnB/FE), Nelson Moreira Sobrinho/Raimundo Nonato Neves de Menezes (SINPRO-DF), Zaldo Borges (CLDF-CES-Comissão de Educação e Saúde).

A Câmara Temática de Educação de Jovens e Adultos do MEC, com base nas suas discussões realizadas durante a reunião de 24 de janeiro, convocada especificamente com este objetivo, apresenta por meio deste documento suas considerações sobre a Proposta do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), com o intuito de oferecer subsídios a esse Gabinete.

Sumário executivo

Ressaltando os pontos essenciais apresentados como subsídios para a implantação do ENCCEJA:

1. Diante do avanço alcançado pelo MEC/SECAD/DEJA na articulação com os diversos órgãos do Governo Federal e segmentos da sociedade civil organizada, ampliando as discussões de suas ações e programas para a construção coletiva de uma política pública de qualidade para jovens e adultos, causa estranheza a instituição de um exame nacional para este público sem a promoção de uma ampla discussão.
2. O exame como proposto tem a preocupação de avaliar apenas para certificar, avalia-se assim o produto final, desconhecendo o processo contínuo da aprendizagem formal e não formal que se dá em diferentes espaços. O MEC tem difundido a educação pública de qualidade como o caminho mais seguro para a transformação de uma sociedade excludente em uma sociedade solidária e justa. Para tanto, faz-se necessário fortalecer os sistemas públicos de educação e reconhecer a escola como um espaço privilegiado na construção da cidadania de um público até agora excluído do processo escolar.
3. O MEC tem buscado induzir uma política pública de qualidade para jovens e adultos por meio do fortalecimento dos sistemas públicos de educação com os quais mantém uma grande articulação para o desenvolvimento de ações que respeitem e valorizem as especificidades desses alunos. A identidade própria da modalidade exige de gestores públicos uma atenção especial. Mais do que aprender conteúdos, a volta à escola para jovens e adultos significa um momento singular de crescimento pessoal e social. Assim, dentro ou fora da escola, é necessário a oferta de uma política pública que propicie o acesso aos bens culturais e sociais, orientando para a profissionalização e o trabalho. A certificação é parte deste processo, mas não a solução para a demanda de 60 milhões de jovens e adultos, de 15 anos ou mais, que não completaram ao menos o ensino fundamental.
4. Certificação de EJA X Certificação Profissional. (Profa Ivone, seria possível você resumir o argumento deste ponto?)
5. Conforme relatado pelas Secretarias Estaduais de Educação, que ofertam os exames supletivos, é elevado o número de abstenções na realização dos mesmos, causando prejuízo aos cofres públicos. Esse fenômeno pôde ser observado no piloto realizado pelo INEP em 2002, quando dos 14.458 inscritos, apenas 8.769 compareceram às provas. A preparação dos locais de prova, realização das inscrições, pagamento de funcionários, impressão das provas e

distribuição do material didático, diante da grande abstenção já observada, é oneroso, significando desperdício de recurso público num cenário no qual menos de 1% da demanda por educação de jovens e adultos é atendida pelos sistemas públicos de ensino e não são oferecidas outras alternativas capazes de transformar essa realidade. Os exames supletivos é uma das alternativas para este público desde que sejam acompanhados pela oferta de outros programas e ações que possibilite uma educação continuada.

6. A legislação vigente determina aos sistemas de ensino a oferta de cursos e exames na modalidade educação de jovens e adultos, cabendo à União cooperar tecnicamente com os mesmos e a elaboração, execução e administração dos exames realizados fora do país. Ao concentrar a formulação, controle e gestão dos exames no Governo Federal, trazendo para si uma competência de Estados e Municípios, gera-se conflitos e afasta-se da descentralização e democratização esperadas em um governo democrático

I - Histórico

1. De acordo com o INEP, o ENCCEJA foi criado em 2002 para atender:
 - a) à demanda dos sistemas de ensino pelo apoio do Governo Federal no combate a chamada “indústria de diplomas” para supletivos expressa na Moção enviada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e,
 - b) ao Parecer CNE/CEB 18/2001 (anexo 1), que trata dos exames supletivos no Japão, realizados, em 1999, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual do Paraná, Conselho Nacional e MEC.
2. O ENCCEJA foi lançado em 12 de julho de 2002, instituído em 14 de agosto pela Portaria Ministerial nº 2.270 e regulamentado em 16 de agosto pela Portaria nº 77.
3. Devido à falta de previsão orçamentária dos sistemas de ensino para a realização dos exames, a inexperiência da maioria com os quais o INEP mantinha contato e o tempo insuficiente para a apresentação da proposta em todos os Estados, decidiu-se pela realização do exame em caráter piloto, conforme o Documento preliminar elaborado pelo INEP/DACC, em outubro de 2003, para subsidiar discussão do GT do ENCCEJA. Esse piloto contou com a adesão de duas secretarias estaduais de educação (Acre e Santa Catarina) e vinte e oito secretarias municipais. Inscreveram-se 8.516 candidatos para o exame do ensino fundamental e 5.942 para o do ensino médio, sendo que compareceram às provas nas datas marcadas 4.843 e 3.926, respectivamente.
4. Em agosto de 2002, realizou-se o IV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), em Belo Horizonte, sendo que os fóruns ali representados posicionaram-se contrários à *“concepção político-pedagógica centralizadora e padronizante do ENCCEJA, e apresentaram profunda preocupação quanto às consequências deste exame na Educação Popular e na Educação de Jovens e Adultos”*, de acordo com o Relatório-Síntese do IV ENEJA (anexo 2).

5. Em dezembro de 2002, o INEP/DACC lançou material didático pedagógico com os referenciais que estruturaram o exame, orientações para professores e material de estudo, composto por oito volumes para aqueles que desejassem se preparar.
6. Em 27 de janeiro de 2003, o Fórum Estadual do Rio Grande do Sul, por meio de carta enviada ao Ministro (anexo 3), afirmou-se contrário ao ENCCEJA:
 - a) *“já existe no estado um exame supletivo que tem avançado nas orientações da interdisciplinaridade e por isso é uma contradição optarmos por outra modalidade de exame instituído pelo MEC, que não atenderá às realidades de cada região;*
 - b) *é um retrocesso da modalidade da EJA, desconsiderando a legislação estadual e nega a autonomia das escolas no que orienta a lei;*
 - c) *além de onerar os municípios e estados se contrapõe em muitos aspectos às propostas pedagógicas desenvolvidas nos mesmos;*
 - d) *o ENCCEJA é mais um mecanismo de regulação, de certificação, desconsiderando a qualidade do processo e filosofia da EJA.”*
7. Em 26 de fevereiro de 2003, o então Presidente da UNDIME, Adeum Hilário Sauer, encaminhou ao Ministro a carta número 32 (anexo 4), propondo a suspensão provisória do exame e a realização de seminário, com a presença de entidades representativas e atuantes na área da educação de jovens e adultos para deliberar consensualmente orientações e diretrizes para um sistema de avaliação. Também observou que *“durante a elaboração do programa de governo do PT para a área educacional foi proposta uma avaliação dos exames nacionais, entre os quais o de Certificação de Jovens e Adultos – ENCCEJA, elaborado e implementado pelo Ministério da Educação, em 2002, sem a participação democrática da sociedade.”*
8. Em 7 de agosto de 2003, foi revogada a Portaria Ministerial nº 2.270/2002 por meio da Portaria nº 2.134 que em seu artigo 1º, determina ao INEP a realização de estudos sobre o ENCCEJA com o objetivo de compatibilizar as funções de avaliação deste Instituto com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.
9. Em outubro de 2003, é organizado um grupo de trabalho para contribuir na realização desses estudos, conforme Parágrafo Único da Portaria acima mencionada.
10. Em 5 de dezembro de 2003, a Secretaria de Educação Infantil e Fundamental (SEIF), por meio da Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos (COEJA) enviou colaboração solicitada pelo INEP ao GT do ENCCEJA, recomendando que a implementação do Exame fosse precedida de uma agenda de reuniões sob a coordenação do MEC, envolvendo CONSED, CNE e UNDIME.
11. O relatório dos estudos realizados sobre o ENCCEJA, elaborado pelo INEP/DACC, propõe a continuidade do processo iniciado pelo Exame e a elaboração e execução de um Processo de Avaliação da Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação de Jovens e Adultos. A construção do Processo de Avaliação foi proposta em três fases:

- a) análise e discussão com diferentes atores sociais da EJA, sobre as competências e habilidades estabelecidas no ENCCEJA, devendo ser reconsideradas tanto seus conteúdos, como sua metodologia de desenho, elaboração, aplicação, seguimento e avaliação;
 - b) elaboração de uma proposta de avaliação de competências e conhecimentos adquiridos;
 - c) criação de um marco regulatório e normativo e um sistema de avaliação e seguimento que garantam o cumprimento do estabelecido na LDB.
12. Em 21 de outubro de 2004 é publicada a Portaria nº 3.415, instituindo o Exame Nacional de Avaliação na modalidade educação de jovens e adultos a ser estruturado pelo INEP.

II - Legislação

No que diz respeito à legislação, os instrumentos a serem observados são:

1. O § 1º do artigo 37 da LDB - *“os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam freqüentar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames”*.
2. O artigo 38 da mesma Lei - *“os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.*
§ 1º - *“os exames a que se refere esse artigo realizar-se-ão:*
1 – *no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 15 anos;*
2 – *no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de 18 anos.*
§ 2º *“os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”*.
3. O Parecer CNE/CEB 11/2000, Título 2 – Exames – que estabelece *“os exames só poderão ser oferecidos por instituições que hajam obtido autorização, credenciamento específico, e sejam avaliadas em sua qualidade pelo poder público, de acordo com o artigo 7º, o artigo 10, IV, o artigo 17, III, o artigo 18, I, da LDB e, no caso de educação a distância, consoante o Decreto Nº 2494/98.”* Afirma também *“que a elaboração, execução e administração de exames realizados fora do país ficam reservados à própria União, sob o princípio da sua competência privativa em legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, XXIV). Por se tratar de exames em outros países, cabe à nação brasileira, representada pelo Estado Nacional e seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, realizar tais exames para brasileiros residentes no exterior e reconhecê-los como válidos para o território nacional.”*
4. A Resolução CNE/CEB 1/2000, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, em seu artigo 2º, § 2º estabelece que *“estas Diretrizes se estendem à oferta dos exames supletivos para efeito de*

certificação de conclusão das etapas do ensino fundamental e do ensino médio da educação de jovens e adultos.” Em seu artigo 9º estabelece ser de competência dos sistemas de ensino “regulamentar, além dos cursos, os procedimentos para a estrutura e a organização dos exames supletivos, em regime de colaboração e de acordo com as suas competências.”

III - Observações

1. O Programa de Governo do PT, na área educação de jovens e adultos, pondera: *“a ênfase nos exames supletivos dada pela redação da LDB, além de inconsistente como mecanismo de solução para aqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade esperada, inibe a oferta de outras alternativas metodológicas, reduz a idade mínima para realizar tais exames – 15 anos para o fundamental e 18 para o médio –, induzindo fortemente a ausência da escola e fortalecendo os procedimentos da educação a distância. Descaracteriza a educação presencial, fonte de interações e aprendizagens fundamentais, processo educativo significativo. Ao abreviar ou dispensar a permanência no ensino presencial, a LDB contribui para o processo de desescolarização, empobrecendo a formação.”*

Avalia também que “democratizar o acesso e a permanência na escola significa superar a dicotomia estabelecida entre qualidade e quantidade. Qualidade para poucos é privilégio, a educação é direito. Qualidade é fator fundamental para o resgate de uma dívida social histórica, que exige a inclusão na escola dos 60 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais, que não tiveram a possibilidade de concluir sequer a escolaridade fundamental.” Continua “a educação é um processo permanente do conhecimento já produzido pela humanidade e de produção de novos conhecimentos, sendo a escola seu espaço privilegiado. Nela, deve o aluno, orientado pelos professores, aprender a ler, a escrever, a interpretar cientificamente os fenômenos da natureza e as relações humanas e as relacionar criativa e responsavelmente com seu meio e com o mundo.”

Nesse sentido, este Ministério tem buscado difundir a concepção da educação de jovens e adultos como um processo contínuo para toda a vida, que se dá em diferentes espaços, reconhecendo a educação pública de qualidade como o caminho mais seguro para a mudança de uma sociedade excludente para uma sociedade justa e democrática. A escolarização é um momento importante de resgate da cidadania para um público anteriormente dela excluído. Esse resgate somente se efetivará com respeito ao jovem e adulto como sujeito de sua aprendizagem, considerando suas especificidades e valorizando as diversidades culturais, sociais, regionais, étnicas e de gênero.

Com o intuito de fortalecer uma política pública de qualidade para a educação de jovens e adultos, respeitando as especificidades e diversidades deste público, criou-se, em 2004, na estrutura deste Ministério o Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esse Departamento composto por três coordenações – Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos e Pedagógica –, tem trazido maior visibilidade à discussão e implementação desta política. O espaço, alcançado até agora, é considerado pelos sistemas públicos de ensino e por todos os segmentos

envolvidos com a educação de jovens e adultos como um avanço para a área. O Departamento tem investido na articulação com as demais secretarias do Ministério, com todos os órgãos do Governo Federal, que desenvolvem ações e programas para jovens e adultos, com toda a sociedade civil organizada, além da grande integração que tem sido construída com as secretarias estaduais e municipais de educação. Por isso, as ações e programas são amplamente discutidos com os fóruns de educação de jovens e adultos, CONSED, UNDIME, coordenadores estaduais e municipais de educação de jovens e adultos. Outro espaço de articulação é a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, criada em 2004, composta por representantes de diferentes segmentos envolvidos com a modalidade.

Sendo assim, é preocupante a ausência de uma ampla discussão sobre a realização de um exame nacional para a modalidade. Além da dificuldade de se considerar a diversidade do país num processo centralizado no Governo Federal.

Uma das ações do DEJA é a elaboração e distribuição de um material didático para os alunos e professores do ensino fundamental de educação de jovens e adultos, que se baseia na concepção de uma educação libertadora, onde ensinar não é apenas transferir conhecimentos, mas sim criar possibilidades para que o educando desenvolva sua própria produção. O material estimula atividades educativas para além da sala de aula, contemplando ações de pesquisas, visitas técnicas e oficinas de cidadania para troca de experiências entre os educandos, observando os seguintes princípios: educação humanística, educação dialética e educação para a autonomia. Em sua elaboração estão sendo envolvidos os diversos segmentos da sociedade civil organizada com experiência na elaboração de material pedagógico, promovendo um amplo debate com o objetivo de alcançar as diversidades presentes em nosso país. Assim, espera-se considerar as questões de etnia, raça, gênero, etc, instrumentalizando educadores e educandos no processo de reflexão e construção do conhecimento. Diante desse trabalho e elaboração e distribuição de um material didático-pedagógico pelo INEP é fundamental um maior debate sobre o assunto, com o intuito de potencializar as ações deste Ministério.

2. A legislação citada anteriormente determina aos sistemas de ensino a oferta de cursos e exames na modalidade educação de jovens e adultos, cabendo à União cooperar tecnicamente com os mesmos e a elaboração, execução e administração dos exames realizados fora do país.. Ao concentrar a formulação, controle e gestão dos exames no Governo Federal, trazendo para si uma competência de Estados e Municípios, gera-se conflitos e afasta-se da descentralização e democratização esperadas em um governo democrático.
3. Segundo o Relatório Técnico Pedagógico do INEP de 2002, a realização do ENCCEJA responde a uma demanda do Parecer CNE/CEB nº 18/2001. Entretanto, o referido Parecer tem como assunto apenas os exames supletivos realizados no Japão, esclarecendo ao INEP que tais exames foram normatizados por meio do Parecer CNE/CBE nº 11/1999 sob a tríplece cooperação entre CNE, MEC e

Secretaria Estadual de Educação do Paraná e recomendando que nos anos seguintes os exames fossem conduzidos pelo INEP. O Parecer nº 18 responde a solicitação do INEP, encaminhada por meio do Ofício/INEP/MEC/GAB nº 1932 de 31 de maio de 2001, para que o processo de cooperação entre o MEC e Secretaria Estadual de Educação do Paraná continuasse em razão de necessidade de ordem operacional do Instituto, afirmando que, a partir de 2002, a própria estrutura do exame seria revista para atender aos princípios das reformas educacionais e estaria sob sua responsabilidade direta.

4. Um dos grandes problemas relatados pelas Secretarias Estaduais de Educação, que ofertam os exames supletivos, é o elevado número de abstenções na realização dos mesmos, causando prejuízo aos cofres públicos. Esse fenômeno pôde ser observado no piloto realizado pelo INEP em 2002, quando dos 14.458 inscritos, apenas 8.769 compareceram às provas. A preparação dos locais de prova, realização das inscrições, pagamento de funcionários, impressão das provas e distribuição do material didático, diante da grande abstenção já observada, é oneroso, significando desperdício de recurso público num cenário no qual menos de 1% da demanda por educação de jovens e adultos é atendida pelos sistemas públicos de ensino e não são oferecidas outras alternativas capazes de transformar essa realidade.

QUESTÕES PARA SEREM REFLETIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO EM MASSA DO ENCCEJA

1 – Quanto ao direito a certificação:

O DEJA não questiona o direito de qualquer jovem e adulto em buscar o exame como alternativa para certificação, até porque isto já está garantido em Lei, desde a 5692/71, quando os Estados passam a realizar sistematicamente os exames. Não há falta de oferta de exames.

Há falta de uma avaliação sobre esta oferta que é feita pelos estados, pois cada um tem autonomia nesta oferta, e o governo federal, nestes 35 anos, nunca fez uma investigação de fato do que representa isto para os sistemas estaduais.

2 – Quanto à nacionalização do exame:

Não se justifica uma estratégia de nacionalização deste exame, tendo em vista que toda a legislação em vigor hoje (LDB, PNE, Parecer 11/2000, Resolução 1/2000), defende o respeito às especificidades do público jovem e adulto, no que concerne à elaboração de propostas pedagógicas que contemplem tempos e espaços diferenciados de aprendizagens deste público. Neste sentido, o MEC, trazer para si a responsabilidade de elaboração de uma prova nacional é, no mínimo, contraditório a tudo o que está sendo defendido.

3 – Quanto às demais práticas de exames nacionais:

Lembremo-nos que nosso Programa de Governo já criticava esta prática, todavia, mais do discordar dos exames, é preciso entender que a natureza destes são diferentes (Não podemos cometer o mesmo erro que Paulo Renato comete, na apresentação do ENCCEJA, quando afirma que: “ Ao lado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), a apresentação desses referenciais e a oferta de exames do ENCCEJA, em 2002, contemplam o ciclo de avaliações da Educação Básica, promovido pelo Ministério da Educação” (p.7)). Segundo informações do próprio site do MEC:

a) O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), um dos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento, **contribuindo assim, para a avaliação dos cursos de graduação, juntamente com uma avaliação das condições de oferta dos cursos e uma avaliação da instituição.**

b) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) destina-se aos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio. É uma avaliação que tem como objetivo ajudar o estudante a conhecer melhor suas possibilidades individuais para enfrentar os desafios do dia-a-dia, por meio da **verificação dos conhecimentos adquiridos na escola.** **O Exame avalia as competências e habilidades desenvolvidas em 11 anos de escolarização básica.**

c) O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem como principais objetivos:

- ☐ oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas;
- ☐ identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino;
- ☐ produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos;
- ☐ proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos;
- ☐ desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa.

As informações obtidas a partir dos levantamentos do Saeb **também permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos, sendo utilizadas principalmente pelo Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação na definição de ações voltadas para a solução dos problemas identificados**, assim como, no direcionamento dos seus recursos técnicos e financeiros às áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do Sistema Educacional Brasileiro e à redução das desigualdades existentes nele.

Estes três exames nacionais são feitos para alunos dentro do sistema, ou no caso do ENEM para os que nele concluíram o Ensino Médio. Neste sentido, é muito diferente o raciocínio para exame em EJA, pois grande parte dos alunos aos quais se pensa beneficiar, sequer tiveram a oportunidade de ter um atendimento escolar presencial, já que nossa matrícula só cobre 8,8% da demanda por Ensino Fundamental. Se o que se espera certificar é o conhecimento acumulado ao longo da vida, como avaliar isto só com provas de conteúdos formais?

Outra questão fundamental que ainda nos coloca em cheque numa aplicação de exames nacionais é que, os três exemplos acima afirmam a necessidade de avaliação do Sistema Educacional, com os resultados obtidos com as avaliações. Como poderemos defender isto no caso de EJA, se o que se constata com nossa baixa cobertura é que de fato ainda não somos um sistema nacional?

Proposta:

1 – Manter o ENCCEJA, em 2006, apenas para brasileiros que se encontram no exterior, pois estes possuem uma característica distinta do público que sequer acessa o sistema educacional aqui no Brasil;

2 – Realizar uma pesquisa nacional sobre a oferta dos exames supletivos, envolvendo hoje os mais de 45 núcleos de estudos e pesquisas em EJA que existem no país: identificar as dificuldades enfrentadas pelos sistemas; sistematizar os referenciais básicos que estão norteando estes exames; analisar os resultados obtidos pelos alunos; discutir as questões de gestão de um processo de exame executado em cada estado. A partir desta avaliação, discutir a viabilidade ou não do exame passar a ser nacional.

I - ANTECEDENTES

- 1985 - Eleição direta para Diretor do Complexo Escolar de Ceilândia e Escolas (maio, confirmada em novembro); 1º Círculo de Cultura - julho, Escola Normal de Ceilândia; Influência na Proposta Curricular da FEDF
- 1986 - Retirada do apoio da FEDF, após indicar expansão para Paranoá e Vargem Bonita.
- 1987 - Apoio da UnB - Fundação Rondon.
- 1988 - Apoio UnB/Fundação Rondon/Fundação Educar.
- 1989 - Janeiro - Proposta da UnB de erradicação do analfabetismo - União, Estado, Município, enviada ao MEC e GDF.

II - HISTÓRICO

1989

- 22.08.89 - Ofício da Fundação Educar convidando a UnB/FE para participar do AIA/90.
- 14.09.89/22.09.89 - Reuniões preparatórias entre Fundação Educar/UnB-FE/FEDF - caráter do grupo.
- 20.10.89 - Constituição do GTPA/DF (18 pessoas) com sub-grupos - legal / diagnóstico / mobilização / alternativas pedagógicas.

REUNIÕES (5) DO GTPA/DF 1989

- relato como membro observador da Comissão - CNAIA/90 Dec. 97.219 de 21.11.88.
- proposta do Encontro DF para fevereiro/90.

ATIVIDADES DO GTPA/DF 1990

- . CPNAC - membro efetivo
- . I Encontro Pró-alfabetização do DF - 16 a 18/02/90
- . I Encontro Pró-alfabetização de Ceilândia - 26-27/05/90

- . I Encontro Pró-alfabetização de Sobradinho - 2-3/06/90
- . Promoção SINPRO/DF, GTPA/DF, Associação Cultural - CUBA
- . Alfabetização e a Mídia - F. Roberto Marinho/Globo
- . Congresso Brasileiro de Alfabetização - 14 a 16/09/90 - São Paulo
- . Encontro Regional da ABT/DF - set/90
- . I Encontro Pró-alfabetização do Gama - 17-18/11/90 (Nicarágua)
- . CTE - Congresso dos Trabalhadores em Educação - 5-9/11/90 -DF.
- . Publicação da Revista SIN-Pro Educação - SINPRO/DF
- . Plenária GTPA/DF em 16.12.90 - pauta: CPNAC, Comissão Tripartite, Câmara Distrital, Novo Governo Roriz, Movimento Popular (Pró Central), Movimento Sindical, UnB/FE, ONG's, Empresas, GETA-SP, RAAAB, Estudantes (grêmio).

ATIVIDADES DO GTPA/DF - 1991

- . Comissão Tripartite pró-alfabetização do DF (UnB-FE, GTPA-DF, FEDF) - 02.01.91.
- . Fórum dos Movimentos Sociais Pró-Lei Orgânica
- . Apresentação de sugestões Anexo I à Comissão Temática da Lei Orgânica - Educação "Educação Básica de Jovens e Adultos/Erradicação do analfabetismo - setembro/91.
- . Participação no Encontro Preparatório do Congresso Nacional de Alfabetização MEC/PNAC
- . Fortalecimento do trabalho de alfabetização em Ceilândia (CEPAFRE), Gama (CPEC), Sobradinho (CEPAC'S), Pedregal (SERPAJ), Paranoá (CEDEP), com ampliação para Planaltina e outros estados e entidades.
- . Convênio SAE/DF - Secretaria do Trabalho (Ceilândia/Gama/Sobradinho).
- . CBE - São Paulo - setembro/91.

ATIVIDADES DO GTPA/DF - 1992

- . Apoio da assessoria do Dep. Distrital Wasny de Roure - PT, para encaminhar Emendas Populares com mais de 2000 assinaturas
- . Fortalecimento do trabalho de alfabetização em Ceilândia

(CEPAFRE) Gama (CPEC), Sobradinho (CEPAC'S) Paranoá (CEDEP), Pedregal (SERPAJ) e outros estados e entidades.

III - DESAFIOS

Que fazer ?
Como fazer ?
Com quem faremos ?

- 1) LEGISLATIVO-DF - Deputados Distritais
 - . lei orgânica
 - . projetos
 - . sessão especial
 - . lei complementar de educação
- 2) EXECUTIVO-DF - Secretaria de Educação
 - . FEDF (Coordenação) - Convênio SAF
 - . DRE
 - . Escolar Normais
 - . Escolas classe / Centros de Ensino
 - . Supletivo (CESAS)
- 3) FEDERAL - LEGISLATIVO - LDB
 - EXECUTIVO - SAF (convênio)
 - Ministérios
 - MEC - CPNAC/91
 - JUDICIARIO - Tribunais
- 4) Organizações Populares - Pró-Central
 - . Organização de base
 - . Associações de moradores
- 5) Sindicatos - SAE, SINPRO/DF, Eletricitários, SPPD, Radialistas, CUT/DF, SINDSEP, Asseio e Limpeza.
- 6) Estudantes - UMESB, Grêmios, UNE, CA's.
- 7) Organizações religiosas - Igrejas locais, AEC, Pastoral da Juventude.
- 8) ONG'S - locais: CEPAFRE, CPEC, CCI, CEPAC'S, CEDEP, Pró-gente.
Internacionais: Visão Mundial, SERPAJ.
- 9) Empresas - BRASAL, Gravia, DINASA, Cimento Tocantins, CIPLAN, Taguauto.
- 10) Sindicato de empresários - SECONCI
- 11) Universidades - CRUB, ANDIFES.
- 12) Embaixadas - Canadá, França, Austria. Cuba.

IV ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS DO DF e ENTORNO

ROTEIRO PARA AS DISCUSSÕES PREPARATÓRIAS

1. AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

- ✓ 1.1. Como se deu o processo de organização e funcionamento das turmas?
- ✓ 1.2. Como foi a assistência pedagógica e a formação aos alfabetizadores?
- ✓ 1.3. Qual o desempenho/atuação dos alfabetizadores, observadores e supervisores?
- ✓ 1.4. Qual a avaliação sobre o aproveitamento dos alfabetizandos?
- ✓ 1.5. Como se deu a interação entre entidades civis e instituições públicas (FEDF, UEJA, DREs, Escolas e Administrações Regionais)?
- 1.6. Como podemos caracterizar a qualidade das parcerias no Programa?

2. PERSPECTIVA DE TRABALHO PARA 1996

- 2.1. Quais as condições necessárias para a continuidade do Programa?
- 2.2. Quais as medidas que precisam ser adotadas para assegurar a Fase II aos alunos do Programa?
- 2.3. O que se pode fazer para buscar maior participação das normalistas no programa?
- 2.4. Quais as alternativas para a expansão do Programa às demais Regiões?
- 2.5. Que articulações precisam ser intensificadas com os Poderes: Legislativo e Executivo para melhor desempenho do Programa?

CEPAFRE

23 às 15 horas

~~no~~

Local: núcleo de Extensão da UMB

Belândia Centro

grupo "F"

Avaliação dos Trabalhos realizados

- Separação das turmas (Nivelção)
- * Sondagem.
- * Burocracia - o é necessário
certido é fundamental;

Perspectivas de Trabalho para 1996

- Interação entre a Escola e o Programa
- Apoio Pedagógico → repetência =
→ analfabetismo.
- Fase I e II Durano
- Encontro de Monitores ~~expondo~~ ^{toca de} experiências, ideias
~~de~~ sugestão _{que houvesse}
- Política Pública e integrada entre Cças
Foruns e Adultos
- Delegacia Sindicais;

conse

- Breve relato histórico
- Dimensões da ed. de jovens e adultos no D.F.
- ^{último} ~~Convenções~~ (ações)
- ^{Forum} ~~Programa~~ e suas ações (baseadas na L.O. do DF)
- Fimale / GATTA
- Metas / Ampliação das parcerias

Comide e Fórum pla hora

Projeto Repetição Centros de Alfabetização

Seppis (em construção) / SE e FÉDF + 3 entidades n
governamentais
6 p.

TAE

Bolsa Escola

Deplan / Codeplan

Mapeamento das pp.

O momento é de
reconstrução e construção,
convidando - nos a recuperar
a bagagem teórico-prática
e seus pontos fortes e suas
debilidades e refletir pela
Escolas gógica sobre ela.

UEJA / Convenios

Destaque
grupo e

esclareci
e projetos assumidos
pelo DF. → caderno
de ed. de Jovens e
Adultos no primeiro ano

Retirada de Fase II em Sta. MZ (7)

Nossa meta para 1996, é alfabetizar em torno de 25000 pessoas em 1250 turmas de 20 alunos cada, saindo em termos de custo total a 537.500,00 – incluindo o pagamento dos monitores, professores e os supervisores envolvidos.

Participarão também monitores, alunos do magistério e/ou de 2º grau regular que receberão certificado de estágio ou aproveitamento de estudos pelas atividades desenvolvidas no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, *segundo as disposições Transitórias da Lei Orgânica, art. 45.*

Proposta GRUPO A

OK

1. Garantir através das DRE'S e Adm. Reg. condições para que algumas técnicas para atingir os alfabetizandos tipo: carro de som, cartazes, etc.
2. Se fazer um encontro para discutir como se dará claramente a participação da FEDF no processo de alfabetização conjuntamente com os diversos grupos.
3. FEDF reconhecer o trabalho de alfabetização, fazendo cumprir leis, garantir espaços físicos, etc.
4. Fazer um mapeamento dos diversos grupos de alfabetização, do nº de analfabetos por região, para poder encaminhá-los para as respectivas DRE'S, estados e salas.
5. Garantir alocação de recursos financeiros federais e distritais para a alfabetização.

grupo "A"

OK

- Se fazer cumprir todas as propostas na maneira do possível.

- ~~Divulgação~~ Divulgação pelos meios de parcerias, para ^{melhor} esclarecimento da comunidade.

- ~~Que relação~~ ~~com~~ Refinir a relação parceria ~~com~~ FEDE / Entidades, e um reconhecimento do Trabalho as entidades organizadas.

- Se ~~um~~ unir aos conselhos escolares para garantir os ~~espaços~~ ~~e o~~ ~~trabalho~~ espaços físicos e reconhecimento do trabalho.

- Fazer um mapeamento nas satélites para encaminhar os alunos as escolas.

- A participação nos conselhos escolares pode se abrange essas questões.

- nós devemos nos engajar na gestão democrática para garantir todos esses direitos.

- Paulo Freire sofreu um derrame e está em recuperação.

- Encaminhar pensamentos positivos e orações p/ a sua recuperação.

Agradecimento

Propostas dos grupos

Grupo "B"

- Formar comissões c/ ~~coord e~~ alfabetizadores e supervisores para resolver questões imediatas.

Grupo "C"

- A assistência pedagógica teria sido melhor se houvesse uma participação das parcerias.
- Que os diretores sejam realmente parceiros (FEOP)
- Contrato especial p/ os alfabetizadores.
- Entidade organizada p/ ajudar outras entidades nas questões burocráticas.
- Expansão da fase II p/ garantir o aluno da fase I continuar.
- Bolsa de salário mínimo p/ os normalistas

Grupo "E"

- Organização na parte burocrática (FEOP), ~~para melhor~~

Grupo "D"

- ~~Falta de um levantamento~~ das pessoas a serem alfabetizadas.
- Envolvimento maior das parcerias (ativamente)

Grupo "F"

- Divulgação do Programa Permanente de alfabetização (nas escolas e comunidade).

Destques

Emida

~~Emida~~

Rosana

Gilberto

OK

= Destaque no grupo ("C") -

↓ - É um momento novo entre órgão governamental e entidades.

↓ Houve muito atraso na questão financeiro (burocrática).

↓ Não houve nada que emperrasse a questão pedagógica, a UEA é uma divisão administrativa.

O projeto ficou ~~preto~~ ^{preto} no juízo por regulamentação da lei.

↓ Remuneração dos observadores;

↓ - É difícil deixar trabalho e estudo p/ fazer a observação.

↓ - Condições necessárias para que essas pessoas se conscientizem do trabalho.

↓ - Seria um estágio incluído ~~p/~~ ^{p/} normalista, desenvolver o trabalho.

↓ - (Ficou esclarecido) (yane)

↓ - Como questão ^{prática} contraditória.

↓ - Reformulação do ~~currículo~~ currículo.

Encaminhamentos

OK

- Fortalecer esse trabalho junto as DREs e as parcerias.
- Integrar os programas enquanto movimentos sociais.

elide

- se dispõem a doar p/ o programa,
fitas, livros para formação

1 - Avaliação dos trabalhos: Organização e Funcionamento. (1)
→ ^{Cilândia} ~~CEPAFRE~~ → * Houve procura dos alfabetizandos na comunidade;
→ * Houve falta de apoio de alguns diretores dos estabelecimentos de ensino.
→ * Problema com a entrega das listas dos servidores, pois alguns já eram alfabetizados;
→ ^{Paraná} ~~CEPEB~~ → Divulgação em ruas, igrejas e procura em casas;

→ ^{Gama} → Formou-se treze turmas e foi feita pesquisa pelas entidades no final de semana; Houve ^{grande} divulgação.
→ * Proposta: Conversa com secretários de escolas para que através da ficha de alunos possa ser feito levantamentos de pais analfabetos.
→ ^{Brazlândia} → Normalistas formaram turmas de mais ou menos 20 alfabetizandos.

* Proposta: Maior divulgação do projeto
* Problemas: Com a determinação do nº de turmas que deveriam ser abertas, não houve seleção de pessoas para serem coordenadores de turmas.

Atuação dos alfabetizadores Formação e Assistência Pedagógica:

→ ^{Gama} → A preocupação voltou-se mais para os lados administrativos. O lado pedagógico ficou a "mercê" das entidades e, com isso, foram feitas formações com alfabetizadores para melhor preparação, assim as aulas fugiram do tradicionalismo.

→ ^{Brazlândia} → Propõe-se que o treinamento seja de 15 dias no mínimo.

→ ^{Cilândia} → Houve problema com a falta de material.

Atuação de alfabetizadores:

* Houve problema com a questão salarial
* Não houve muitos problemas com desistência de coordenadores

Aproveitamento dos alfabetizandos (2)

* Paramoá: Foi muito bom aproveitamento. Mais de 50%
* Gama: Um grande nº de alunos foi alfabetizado, mas houve alguns alunos que mudaram de ~~moradia~~ daí problema com a localidade.

* Citlândia: Houve bom aproveitamento por parte dos alfabetizandos. 200 alfabetizados e foram 275 escritos.

* Brazlândia: Houve bom aproveitamento, mas coordenadores não foram bem preparados e, assim, muitas situações em círculos se tornaram incompatíveis com o método desenvolvido.

Relação entre entidades e instituições governamentais:

→ Citlândia: Foi relação superficial e o acompanhamento não foi constante. Houve problema com salários e vale-transporte.

→ Brazlândia: Foi relação bastante superficial; Propõe - se que haja uma pessoa nas diretorias regionais que dedique-se exclusivamente a resolver questões de alfabetização.

→ Gama: Houve contribuição importante das administrações ^{dos outros órgãos}; Propõe - se que não haja preocupação somente com a questão do material e que no início do processo de alfabetização que já se discuta com as instituições públicas qual o apoio que a entidade necessita. Houve visita das instituições à fase 2 sem aviso.

Propostas:

- * Remuneração ao observador (passagem)
- * Normalistas devem (envolvidas no projeto) dar continuidade e fazer parte da fase 2.
- * Maior divulgação do projeto em escolas.

Grupo "E"

Grupo "F"

04

~~SAVE~~ ~~000000~~

~~Emis~~

- * Separação das turmas de tuberculose as difíceis / diversificadas;
- * Olhar a universidade outro do tuberculose;
- * Wagner
- * Alfabetização diurna
- * FEDF
- * ~~falta de~~ apoio pedagógico FEDF/UMB pouco;
- * Escola funcione à noite; ↳ ~~Incentivo~~
Que a FEDF incentive que a escola funcione à noite.
- * Demora de materiais
- Convenies a escola não compreende;
~~falta~~ falta de entendimento; -> compromissos
- fase I e II durante o dia;
- Educação básica;
- Proposta; apoio pedagógico não consta no convênio (?)
- Prepostor
- * Inserir apoio pedagógico
- * Articulação ~~entre~~ outros programas pedagógicos;
- * Entrosamento e divulgação dos pareceres;
- * Você conhece o programa de Alfabetização?

políticas públicas;

nas escolas que tiveram o espaço físico;

* fase I e II diurno;

* Encontro de coordenadores / mantenedores
discutirem as suas práticas;

*
*

1. Avaliação dos trabalhos realizados. (07)

1.1. Como se deu o processo de organização e funcionamento das turmas?

O processo se deu através de pesquisa de campo, com visitas a domicílios.

Destaque grupo ("C")

1.2. Como foi a assistência pedagógica e a formação aos alfabetizadores?

O tempo de formação foi muito curto, a assistência pedagógica foi precária (devido a falta de dedicação dos parceiros).

1.3. Qual o desempenho / atuação dos alfabetizadores, observadores e supervisores?

^{Desem} Supervisores (havia grande falta de informação)
Observadores não teve (ausência total)

Supervisores

1.4. Qual a avaliação.

Conseguiram os objetivos de ler e escrever.

1.5. Como se deu a integração?

1.6. Qualidades (superficiais)

Respectivas: — x — x —

2.1. Maiores participação das parceiras.

regularização da UEJA (que ela possa realmente assumir o seu papel, que ela possa ser um departamento e dispor de recursos próprios.

Que os diretores de escolas, realmente sejam parceiros.

Que as administrações realmente assumam o seu papel, em ação.

Que a formação pedagógica seja inicialmente de 15 dias e que tenha continuidade.

Que seja feito contrato especial pela Fundação para que ele atue no projeto de alfabetização de jovens e adultos, (sem extinguir as parceiras)

Que seja uma pessoa representando a DCE no projeto.

- A sala exclusiva para o representante, com todo o material a ser utilizado
- pessoa responsável pela área administrativa
- ~~Uma~~ → Seja eleita uma entidade organizada burocraticamente para ajudar as entidades que ainda não estão organizadas.
- A preocupação não só de expandir, e sim de qualificar. (dar recursos para que expanda)
- ~~Uma escola~~ Que se tenha mais escolas para fase II, e infra-estrutura para continuar as fases de alfabetização
- Que tenha vale transporte para os observadores;
- Regulamentação do Art. 45 da Lei ~~organizadora~~ ^{de} Segurança
- Uma bolsa de meio salário mínimo, para os nor. malistas.
-

Extensão na UnB tem índice elevado

Os programas de extensão, eventos e serviços prestados pela Universidade de Brasília atingiram em 1995, até o mês de outubro, uma população da ordem de 1.211.640 pessoas, sendo que em 1994 alcançou 1.173.183. Os dados, divulgados pelo Decanato de Extensão (DEX), incluem diversas atividades promovidas pela UnB, desde projetos contínuos de extensão, que são programas permanentes desenvolvidos junto à comunidade carente do DF e Entorno, até os serviços prestados pelo Hospital Universitário de Brasília (HUB). Na área de projetos contínuos, a população atingida até outubro/95 foi de 182.247 pessoas. O HUB, entre consultas, internações e exames complementares, beneficiou 462.256 pessoas. As consultas na Biblioteca Central da UnB foram feitas por 553.085 pessoas. Conforme os dados do DEX, até aquela data a UnB já havia realizado 375 eventos, incluindo conferências, congressos, debates, exposições, seminários, palestras além de 56 projetos contínuos.

Bolsistas I

O Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento está recebendo inscrições de candidatas a bolsas de iniciação científica (CNPq) para trabalhar com a professora Suely Guimarães no projeto "Estudo da Dor em Crianças". É requisito habilidade de leitura em inglês. Os interessados devem comparecer na secretaria do PED (348-2624) para a inscrição portando histórico escolar. No Departamento de Processos Psicológicos Básicos (PPB/348-2625) as inscrições são para bolsistas de IC (Aperfeiçoamento e Extensão), que irão trabalhar com a professora Elenice S. Hanna no projeto "Aprendizagem de Leitura e Escrita em Crianças com Dificuldade de Aprendizagem".

Bolsistas II

A Diretoria de Esporte, Arte e Cultura informa que possui quatro vagas para alunos que desejam ser bolsistas do Programa de Alfabetização para Adultos. Informações na DEA/DAC (subsolo da Reitoria).



O culto de Dionísio

Já está disponível nas livrarias da UnB o livro "Dionisiacas - Cenas Teatrais", do professor Ed Anderson (CEN/IdA), lançado recentemente em Brasília. Trata-se de uma publicação com 19 cenas curtas, pinceladas com humor e lirismo, para serem apresentadas além dos limites do palco. Conforme esclarece o autor, o significado do livro está relacionado com as festas em honra ao deus do vinho, Dionísio, que percorreu o mundo acompanhado de seguidores alegres para introduzir seu culto, tudo terminando em representações teatrais. Contatos pelos fones 273-1837 e 348-2657.

DRH

Com o ingresso da FUB no SIAPE (Decreto nº 1.412/95), a partir de outubro último, a DRH já comunicou as diversas alterações na remuneração dos servidores e que acarretaram significativas perdas salariais de modo geral, visto que o SIAPE desconsidera pagamentos até então efetuados pela FUB e julgados indevidos pelo Governo Federal. Através da Circular/DRH/034/95, todos poderão ter conhecimento das ocorrências que afetam os salários até agora.

Professor

Inscrições para Professor na UnB. Telefone geral: 348-2022.

ODT/FS	Seminologia Oral	Assistente	até 03/01/96
EDF/FS	Aspec. Socio-Filos(E.F.)	Auxiliar	até 07/01/96
EDF/FS	Gimnico-Desportiva	Auxiliar	até 07/01/96
PCL/IP	Psicologia Clínica	Titular	até 15/01/96
PPB/IP	Psic. da Aprendizagem	Assistente	até 15/01/96
HIS/IH	Hist. Brasil Contemp.	Adjunto	até 29/03/96
PTL/FS	Anatomia Patológica	Titular	05/02 a 15/03
GEO/IGD	Topografia (S.R.)	Adjunto	04/01 a 02/02

UnB Hoje

Durante o mês de janeiro, a edição do informativo diário da ACS, o "UnB Hoje", ficará reduzida a uma página, devido ao recesso de aulas e diminuição da oferta de atividades. Atenção! As notas deverão ser registradas no protocolo da ACS até às 10h00 do dia anterior à publicação. Conforme a ordem no registro da entrada estará garantido o espaço no Boletim.

Cespe

Neste domingo e no próximo, dias 7 e 14, o CESPE realizará as provas da primeira etapa do concurso da Fundação Educacional do Distrito Federal. Para chefes de salas, estão sendo convocados por telefone 110 servidores do quadro da FUB - constantes do cadastro permanente, por ordem de admissão (continuação da listagem, quem não trabalhou no 1º Vestibular/96) - que tenham participado no mínimo em quatro eventos realizados pelo CESPE e conforme registro no banco de dados.

Licitação

A Asfub está recebendo propostas para aluguel do restaurante do Clube. Os interessados deverão se apresentar até o dia 10, na sede da Associação.

Economia

O Centro de Estudos Econômicos do Colégio do México está com inscrições abertas, até 30 de março, no Mestrado em Economia para o período de 96/98. Os exames serão realizados em abril/96. Contatos: fone 645-5955 ramais 3135 e 3136 e fax 645-0464.

TECSOFT

Instalado na Faculdade de Tecnologia da UnB (Módulo A4), o Centro de Tecnologia de Software de Brasília (TECSOFT) avalia projetos e promove cursos de Internet. Informe-se melhor sobre as atividades do Centro pelo telefone 347-6181 e fax (061) 347-4911.

Precisou, ligue

Disque-Tecnologia	349-7880/81
Disque-Verde	2888
Emergência Médica	2110
HUB/Limpeza	254
HUB/Segurança	547
Plantão Elétrico	2440
Plantão Hidráulico	2444
PM no Campus	2870
Segurança	2222
Setor de Limpeza	2235

Chico

veja como garantir o recolhimento
do relatório e do cartaz identificados
pelo grupo (ver as assinaturas também) para
organizar o relatório final. Após
do UnB e do ~~IBR~~, com a urgência do
ano de 95

Chico

Janeiro, 20

Sexta

Deve a mesa
por favor Gilberto.

Chico, a Paróquia
Nossa Senhora das graças
também encontra-se aqui;
trazendo inclusive monitores e
alfabetizados.

Talvez alguém

Talvez alguém
Algum dia
Culpem-nos -- nós, os poetas --
De sermos os responsáveis
Pelos erros da Humanidade
Afinal somos nós
Que traduzimos, da linguagem dos anjos,
A emoção para dentro de nossos corações.

11

**Janeiro, --
Domingo**

João Miguel Gamitho C.Jr.

Aquariano de 22 de janeiro. Nasceu em
Angra dos Reis/RJ e reside há varios anos
em Porto Alegre. Participa do livro
"Poesia & Justiça".

Entidades Presentes

- CEPAFRE - Centro de Educação Paulo Freire
- CEDOP - ~~Panamá~~ (Centro de Cultura e Desenvolvimento/Panamá)
- Conselho Comunitário de São Sebastião
- FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.
- DRE - SAMAMBAIA
- CPCC - Centro popular de Educação e Cultura do Gama.
- UNB - Faculdade de Educação / IDR
UEJA/FEDF
- DRE - Sobradinho
- UBB - Universidade Católica de Brasília.
- SERPAF - Serviço Paz e Justiça - Pedregal - GO
- UFG - Universidade Federal de Goiás - M^{re} Margarida Machado
- DEX-UNB.
- GTPA-DF-ENTORNO

TEM ALGO A VÊ COM ESTA HISTÓRIA.

*ANA

FÓRUM PERMANENTE DE
ALFABETIZADOS DE JOVENS E
ADULTOS DO DF.

- INSTÂNCIA DE ARTICULAÇÃO E DE
AUXÍLIO A GESTÃO DO PROGRAMA

• ATOSSORIA DO DEP. COTU - { NA PESSOA DO NOSSO
AMIGO CAROSO.

DRE - BRASILIA

DRE - PLANALTO

• JUNIOR

• JANE

• JANETE

• BERNARDO - DA FUNAP.

RENATO -

Desde 1985 as organizações da sociedade civil do DF e Entorno assumem, na prática, compromissos com os jovens e adultos analfabetos desta região, contribuindo com a oferta de turmas e com metodologias de alfabetização, além de manter agendada, em seus sucessivos Encontros e Fóruns, a discussão sobre a responsabilidade do Estado no provimento sistemático desta modalidade de ensino.

O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF, instituído em 1995, fundamenta-se nesta experiência acumulada, incorporando sua concepção político-pedagógica e gerencial. Sua gestão e execução realiza-se em parceria entre a SE/FEDF, SEPPIS, organizações civis, como: CEPAFRE, CPEC, SERPAJ, CEP'S, CEDEP e Igreja Nossa Senhora das Graças e a participação de instituições de ensino superior: UCB e UnB.

As atividades no âmbito deste Programa vêm sendo realizadas desde julho de 1995, com a meta de alfabetizar 9.500 pessoas até dezembro. Este resultado elevará em 50% o número de pessoas atendidas pelo Programa neste ano letivo.

A abrangência geográfica de suas ações, inicialmente, alcança sete regiões administrativas: Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Brazlândia, Gama, Santa Maria e Paranoá.

Diante disto, faz-se necessário a realização deste **IV Encontro de Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno**, com vistas a avaliar as ações desenvolvidas e estabelecer estratégias de melhoria e para a expansão do Programa.

Objetivos

- ♦ Avaliar a experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos, realizada em 1995, em parceria, no âmbito do PROALFA.
- ♦ Discutir as perspectivas de trabalho na área de alfabetização e educação básica para o próximo ano letivo.

Público/Participantes

- ♦ Supervisores, alfabetizadores, observadores, coordenadores do supletivo, diretores de ensino (DRE'S), diretores de escolas, administrações regionais, representantes do GTPA e GTALFA e coordenação do Fórum.

Data: 16 de dezembro de 1995

Horário: das 13:30 às 18:00 horas

Local: Universidade Católica de Brasília
Q. 702 Norte - Bloco B



PROGRAMAÇÃO

13:30 horas - Abertura

PALESTRAS:

"O impacto do neoliberalismo na educação brasileira"

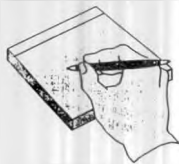
Profª Cleide Martins da Silva- FEDF

"O Analfabetismo no contexto sócio-educativo do DF e Entorno"

Profª Isaura Bellone - FEDF

14:10 horas - Trabalhos de Grupos

- ♦ **Avaliação dos trabalhos realizados:**
 - organização e funcionamento das turmas;
 - formação e assistência pedagógica;
 - atuação dos alfabetizadores;
 - aproveitamento dos alfabetizandos;
 - relação entidades civis e instituições públicas (UEJA, DRE's e Escolas);
 - qualidade das parcerias.
- ♦ **Perspectivas de trabalho - 1996:**
 - O que precisa melhorar;
 - condições necessárias à continuidade das ações e à expansão do programa;
 - a relação com o legislativo.



IV ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

- AVALIAR - o já feito?
- PERSPECTIVAS - o que precisa ser?

Brasília, dezembro de 1995

PROMOÇÃO

- ♦ Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno - GTPA.
- ♦ Fórum Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF - FORALFA.

APOIO:

- ♦ SINPRO/DF
- ♦ UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
BRASÍLIA - UCB
- ♦ DECANATO DE EXTENSÃO - UnB
- ♦ SEPPIS/GDF
- ♦ SE/FEDF
- ♦ IDR/GDF